

Muitas sugestões. O governo aceita?

Miguel Ângelo Filiage

A insatisfação do empresariado nacional com os rumos da política econômica é evidente. Pelo menos este foi o espírito das palestras e debates na abertura do III Congresso Nacional das Associações Comerciais, ontem, em Belo Horizonte, com a presença de cerca de 600 presidentes de associações comerciais de todo o País.

O congresso não tem a pretensão de tentar influir nos rumos da política econômica. Mas também não será apenas mais um desabafo. Os empresários entrevistados pelo JT admitem que não esperam convencer o governo da necessidade de uma rápida e profunda mudança na condução da política econômica. "Não estamos fazendo esse congresso para as autoridades econômicas. Mas vamos levar as suas conclusões para o Congresso Nacional, para a sociedade. Se o Executivo aceitar alguma proposta nossa, será uma grande surpresa", explica o presidente da Confederação Nacional das Associações Comerciais, Rui Barreto.

O documento final do congresso sairá amanhã, com sugestões para os setores econômicos, políticos e sociais. A intenção não é somente elaborar um documento reivindicativo de um setor da economia, mas torná-lo o mais abrangente possível, com advertências e sugestões concretas. Mas a contribuição mais significativa que esse congresso trará será sua posição frente aos rumos da política econômica.

Pedido a Figueiredo

A principal tese que corre pelos corredores da Associação Comercial de Minas Gerais (onde o Congresso está sendo realizado) e que deverá ser o carro-chefe do documento final é o pedido para que o presidente Figueiredo assuma concretamente o comando da economia, como fez na condução da aber-

tura democrática. Os empresários argumentam que da maneira como a economia vem sendo gerida não existem culpados, não existem responsáveis. "Com o presidente à frente das decisões será possível adotar medidas mais profundas, mas definitivas. Se conseguirmos isso, o Congresso será vitorioso", diz um empresário. Ruy Barreto também concorda com essa tese.

Na verdade, no meio de todas essas discussões está a "salvação da empresa privada". Em síntese, esse é o tema geral do congresso — "Abertura econômica — a retomada do desenvolvimento". Na comissão de Economia, por exemplo, o que mais se debateu foi a crescente estatização da economia, "que está acabando com a livre iniciativa".

— Dizer que a economia brasileira é baseada na livre iniciativa é fácil. Mas o que existe efetivamente é que 70% da economia hoje tem participação do Estado — diz Ruy Barreto.

— O déficit público não está somente em 2,8 trilhões de cruzeiros como diz o governo. Gira em torno de oito trilhões, porque nesta conta estamos colocando a dívida do governo para com a iniciativa privada, que não vem sendo paga. Ou seja, a empresa privada, além de aviltada pela política econômica, ainda está bancando as empresas estatais mal administradas — explicou um empresário de Minas.

— O que temos de definir é qual o caminho que queremos seguir. Se é o da iniciativa privada ou da estatização. E isso não está definido. Está faltando decisão política — mostra Guilherme Afif Domingos, presidente da Associação Commercial de São Paulo.

Afif Domingos entende que hoje estamos vivendo três crises, embora a do setor externo da economia esteja centralizando o debate nacional e ameaçando afastar a

atenção do público sobre as outras duas, de importância fundamental para a sobrevivência da livre iniciativa: o aumento da dívida interna (provocado pelo crescente déficit do setor público) e a perda de controle sobre a inflação. "É preciso prestar atenção nas três crises", explica.

A luta sucessória

O presidente da Associação Commercial de São Paulo diz que "o ambiente político está aparentemente marcado pela luta sucessória para a Presidência da República. Quando tomados, em conjunto, os elementos que compõem a crise econômica e a própria situação política, pode-se ver mais a fundo a realidade e o que está de fato em jogo: trava-se uma luta, muitas vezes não declarada, entre os que defendem não só a permanência, como a extensão do regime estatizante e o aumento do poder do grupo burocrático e das estatais, e aqueles que desejam a ampliação da abertura política, o estabelecimento de um regime de responsabilidade institucional e o controle político do aparelho do Estado e de todo o setor público da economia".

Segundo Afif, é uma luta entre o capitalismo de Estado burocrático e a economia social de mercado, isto é, um regime da livre empresa em que o Estado intervém de maneira limitada e controlada na atividade econômica e se afasta cada vez mais dos controles sobre a vida social, que deve ser entregue à sua própria dinâmica.

Mas isso não está acontecendo, diz ele: "As forças sociais que se opõem à livre iniciativa são as mesmas que se aproveitam da estatização da economia, do crescimento da dívida pública interna e do aumento da inflação — a tecnoburocracia das administrações direta e indireta. E não são só esses dois grupos sociais já solidamente insta-

lados em suas posições. É preciso considerar que dentro do setor privado existem aliados, conscientes ou não, da permanência do sistema estatizante e de controles estatais sobre a economia e da vida social. O adversário da livre iniciativa está também em nosso campo. Sem ter consciência desse fato, será impossível equacionar melhor nossos procedimentos para enfrentar a situação, que exige ação imediata".

O problema dos juros

Outro assunto que também mereceu debates foram os juros que as empresas vêm pagando, "levando os empresários a pensar seriamente em vender suas empresas e aplicar o dinheiro no sistema financeiro", diz Ruy Barreto. Mas houve discussões mais concretas. O empresário paulista Renato Craldy-Cury levou ao congresso os números atualizados das taxas de juro que vêm sendo cobradas pelos bancos. Ele foi o autor das contas de taxas de juro que, recentemente, foram levadas por Afif ao presidente Figueiredo e que criam uma verdadeira polêmica nacional.

— Após o episódio em que o presidente Figueiredo se surpreendeu com os números, infelizmente houve uma deturpação do problema com uma discussão a nível nacional, se existia ou não no mercado a taxa de 496%. Várias pessoas e entidades provaram que o fato era verdadeiro, enquanto membros do governo e representantes dos bancos privados ou negavam ou diziam que era "atípica". E infelizmente a discussão se centrou nesse ponto, que é o acessório, que é apenas a demonstração da realidade sem que tenha sido dada maior atenção ao principal, que é causa, ou melhor, as causas da existência de juros reais tão elevados e das medidas para corrigir o problema pela base" — diz Cury.